

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.795 - SP (2019/0009763-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : VMT TELECOMUNICACOES LTDA
ADVOGADO : LUIZ COELHO PAMPLONA - SP147549
AGRAVADO : PIMENTA VERMELHA ACESSORIOS DO VESTUARIO LTDA
ADVOGADO : IVAN GUSTAVO CORRENTE FRANZINI E OUTRO(S) - SP201403
INTERES. : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADO : FELIPE MONNERAT SOLON DE PONTES E OUTRO(S) - RJ147325

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por **VMT TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, em face de decisão acostada às fls. 348/349, e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 311/315, e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 312, e-STJ):

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. Contrato de aquisição de aparelhos celulares, modems e "sim cards" da VIVO. Intermediação da Apelante COMMCENTER. Fraude. Contratação de pacote superior ao desejado a fim de obter valor promocional. Orientação do preposto da Apelante. Preposto que retirou os aparelhos excedentes do estabelecimento da Apelada. Prova dos autos. Fraude configurada. Declaração de inexigibilidade que se impõe. Sentença mantida, nos termos do art. 252 do RITJSP.

Recurso não provido.

Em suas razões recursais (fls. 319/323, e-STJ), a insurgente apontou violação ao artigo 485, VI, do CPC/15, ante a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda, isso porque, o suposto descumprimento contratual e a cobrança indevida de valores da recorrida se deram exclusivamente por conta da corré Telefônica.

Contrarrazões às fls. 328/331, e-STJ.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade (fls. 348/349, e-STJ) o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, sob o fundamento de não ter sido demonstrada a suposta violação ao dispositivo apontado, bem como pela incidência da Súmula 7 do STJ.

Daí o agravo (fls. 247/258, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual. Afirma, ainda, ter havido indevida intromissão no mérito do recurso especial, usurpando da competência desta Corte Superior.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Inicialmente, aponta-se inexistir usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça pela Corte Estadual, ao argumento de que se vislumbraria, no caso, ingresso indevido no mérito do recurso especial, por ocasião do juízo de admissibilidade.

Com efeito, a teor da Súmula 123/STJ, constitui atribuição do Tribunal *a quo*, nessa fase processual, examinar os pressupostos específicos e constitucionais relacionados ao mérito da controvérsia. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. 1. ANÁLISE DO MÉRITO DO APELO EXTREMO POR PARTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 123/STJ. 2. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA. 3. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL. SÚMULA N. 7/STJ. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de Justiça pode incursionar no mérito do recurso especial, quando necessária à análise dos pressupostos constitucionais de admissibilidade do apelo. Súmula n. 123/STJ.

2. Não há omissão ou deficiência de fundamentação quando o Tribunal adota fundamentação suficiente, embora diversa da pretendida pela parte agravante, para a solução integral da controvérsia.

3. A alteração do entendimento adotado pela Corte de origem - acerca da ausência dos requisitos autorizadores da responsabilidade civil no presente caso - demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1119469/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 18/05/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. O STJ possui entendimento pacífico no sentido de que não há falar em usurpação de competência pela Corte a quo, sob o argumento de que houve o ingresso indevido no mérito do recurso especial por ocasião do juízo de admissibilidade, porquanto constitui atribuição do Tribunal local, nessa fase processual, examinar os pressupostos específicos e constitucionais relacionados ao mérito da controvérsia, a teor da Súmula 123 do STJ.

2. As questões postas em discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma suficiente, fundamentada e sem omissões, devendo ser afastada a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73, vigente à época. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. Precedentes.

3. Para infirmar a conclusão a que chegou o Tribunal de origem sobre a inexistência de litisconsórcio passivo necessário na hipótese, seria inevitável o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, procedimento vedado nesta instância especial, a teor da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 539.954/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018)

2. No que concerne à alegada ilegitimidade passiva da insurgente, assim se manifestou a Corte de origem, *in verbis* (fls. 313/314, e-STJ):

Restou incontroverso que a Apelada contratou, por intermédio da Apelante, serviços de telefonia e aquisição de 19 (dezenove) aparelhos celulares "diversos de sua necessidade com o intento de obter valor promocional, conforme declarado a fl. 02, item 07", atento à orientação do preposto da Apelante (fls. 273).

A r. sentença analisou exaustivamente a prova dos autos, que é conclusiva no sentido de que houve fraude na contratação, vez que o representante da Apelante retirou os aparelhos celulares excedentes do estabelecimento da Apelada.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria o reexame da matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, motivo pelo qual é manifesto o descabimento do Recurso Especial.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO FICTO. AUSÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. CONTRATO E CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA. REEXAME. INVIABILIDADE. SÚMULAS N.ºS 5 E 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO DE LEI. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF.

(...)

2. Tendo o acórdão, a partir da análise dos elementos de convicção dos autos, concluído pela legitimidade passiva da agravante, a pretensão recursal encontra óbice nos rigores contidos nas Súmulas n.ºs 5 e 7/STJ.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1680099/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 02/02/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RÉU.

1. A reforma do entendimento do Tribunal estadual no tocante ao exame da legitimidade passiva do insurgente demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas e, consequentemente, o reexame das provas anexadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula n. 7 do STJ. Precedentes.

2. A indenização por danos morais fixada em quantum sintonizado aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade não autoriza sua modificação em sede de recurso especial, dada a necessidade de exame de

elementos de ordem fática, cabendo sua revisão apenas em casos de manifesta excessividade ou irrisoriedade do valor arbitrado, o que não se evidencia no presente caso. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.205.297/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 20/9/2018, DJe 28/9/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE A CONCESSIONÁRIA (FORNECEDORA) E A MONTADORA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DESTA CORTE. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. REEXAME DOS FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

2. O Tribunal local, soberano na análise dos elementos fáticos e probatórios dos autos, reconheceu que a fornecedora de veículos automotores para revenda - montadora concedente - é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos (concessionária) diante do consumidor, ou seja, há responsabilidade de quaisquer dos integrantes da cadeia de fornecimento que dela se beneficia.

3. Reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, no tocante à alegação de ilegitimidade passiva da recorrente, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.199.890/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 24/4/2018, DJe 3/5/2018)

3. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator